

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	74
--	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	78
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	363.558
Preferenciais	0
Total	363.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	1.997.454	1.991.926	1.881.270
1.01	Ativo Circulante	70.628	112.062	68.001
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.550	3.936	10.408
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	81.420	25.224
1.01.03	Contas a Receber	19.370	15.173	21.586
1.01.03.01	Clientes	19.370	15.173	21.586
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.783	4.265	1.036
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.783	4.265	1.036
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.894	6.063	6.735
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.031	1.205	3.012
1.01.08.03	Outros	3.031	1.205	3.012
1.02	Ativo Não Circulante	1.926.826	1.879.864	1.813.269
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	32.421	33.882	26.619
1.02.01.07	Tributos Diferidos	28.473	30.954	23.857
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.473	30.954	23.857
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	0	929
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	382	382	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	382	382	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.566	2.546	1.833
1.02.01.10.03	Outros	3.566	2.546	1.833
1.02.03	Imobilizado	2.242	2.728	3.637
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.242	2.728	3.637
1.02.04	Intangível	1.892.163	1.843.254	1.783.013
1.02.04.01	Intangíveis	1.892.163	1.843.254	1.783.013
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.892.163	1.843.254	1.783.013

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	1.997.454	1.991.926	1.881.270
2.01	Passivo Circulante	1.083.731	1.120.840	1.093.302
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.320	7.449	7.299
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.320	7.449	7.299
2.01.02	Fornecedores	15.781	8.923	15.048
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.781	8.923	15.048
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.650	3.535	4.668
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.501	1.556	2.151
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.501	1.556	2.151
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	20	12	177
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.129	1.967	2.340
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	949.510	1.017.791	982.092
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	941.072	1.006.325	982.092
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	941.072	1.006.325	982.092
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	8.438	11.466	0
2.01.05	Outras Obrigações	99.470	83.142	84.195
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	92.311	80.439	79.523
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	92.311	80.439	79.523
2.01.05.02	Outros	7.159	2.703	4.672
2.01.05.02.04	Outros passivos	7.159	2.703	4.672
2.02	Passivo Não Circulante	560.697	566.015	469.777
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.176	7.612	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	2.176	7.612	0
2.02.02	Outras Obrigações	446.463	431.372	368.378
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	443.675	430.147	364.593
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	443.675	430.147	364.593
2.02.02.02	Outros	2.788	1.225	3.785
2.02.02.02.03	Fornecedores	2.788	1.225	3.785
2.02.04	Provisões	110.270	127.031	101.399

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.04.02	Outras Provisões	110.270	127.031	101.399
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	5.076	5.141	381
2.02.04.02.05	Provisão de conserva especial	105.194	121.890	101.018
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	1.788	0	0
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	1.788	0	0
2.02.05.01.01	Outros passivos	1.788	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	353.026	305.071	318.191
2.03.01	Capital Social Realizado	363.558	363.558	363.558
2.03.04	Reservas de Lucros	9.060	388	388
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	9.060	388	388
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-19.592	-58.875	-45.755

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	525.624	499.486	494.896
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-258.818	-265.125	-308.974
3.03	Resultado Bruto	266.806	234.361	185.922
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.171	-40.402	-20.666
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.293	-28.316	-21.645
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.878	-12.086	979
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	226.635	193.959	165.256
3.06	Resultado Financeiro	-172.580	-213.890	-196.831
3.06.01	Receitas Financeiras	2.534	3.346	2.016
3.06.02	Despesas Financeiras	-175.114	-217.236	-198.847
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	54.055	-19.931	-31.575
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.100	6.965	10.848
3.08.01	Corrente	-3.619	-52	-584
3.08.02	Diferido	-2.481	7.017	11.432
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	47.955	-12.966	-20.727
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	47.955	-12.966	-20.727
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,13190	0,03566	0,05701

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	47.955	-12.966	-20.727
4.03	Resultado Abrangente do Período	47.955	-12.966	-20.727

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	219.207	186.303	131.929
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	266.631	253.899	259.707
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.339	-5.582	-30.133
6.01.03	Outros	-49.763	-62.014	-97.645
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.576	-149.266	-84.697
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-168.017	-43.509	-47.491
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.614	-6.472	-259
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.936	10.408	10.667
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.550	3.936	10.408

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	388	-58.875	0	305.071
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	388	-58.875	0	305.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	8.672	39.283	0	47.955
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.955	0	47.955
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	8.672	-8.672	0	0
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	8.672	-8.672	0	0
5.07	Saldos Finais	363.558	0	9.060	-19.592	0	353.026

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	388	-45.755	0	318.191
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	388	-45.755	0	318.191
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.120	0	-13.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.966	0	-12.966
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-154	0	-154
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-154	0	-154
5.07	Saldos Finais	363.558	0	388	-58.875	0	305.071

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	0	-24.640	0	338.918
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	0	-24.640	0	338.918
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.727	0	-20.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.727	0	-20.727
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	388	-388	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	388	-388	0	0
5.07	Saldos Finais	363.558	0	388	-45.755	0	318.191

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	563.969	536.798	532.348
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	460.285	446.173	436.666
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	103.684	90.625	95.682
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-191.038	-205.476	-253.993
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-103.684	-90.625	-95.682
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-36.684	-67.293	-99.781
7.02.04	Outros	-50.670	-47.558	-58.530
7.03	Valor Adicionado Bruto	372.931	331.322	278.355
7.04	Retenções	-52.787	-46.014	-35.465
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.787	-46.014	-35.465
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	320.144	285.308	242.890
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.344	-8.740	2.995
7.06.02	Receitas Financeiras	2.534	3.346	2.016
7.06.03	Outros	-3.878	-12.086	979
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	318.800	276.568	245.885
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	318.800	276.568	245.885
7.08.01	Pessoal	42.967	36.908	33.644
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.751	30.514	27.917
7.08.01.02	Benefícios	4.310	4.039	3.720
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.906	2.355	2.007
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.160	35.130	32.565
7.08.02.01	Federais	28.585	13.583	11.403
7.08.02.02	Estaduais	242	203	278
7.08.02.03	Municipais	22.333	21.344	20.884
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	176.718	217.496	200.403
7.08.03.01	Juros	174.990	217.081	198.700
7.08.03.02	Aluguéis	1.725	330	1.606
7.08.03.03	Outras	3	85	97
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	47.955	-12.966	-20.727

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	47.955	-12.966	-20.727

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Relatório da Administração

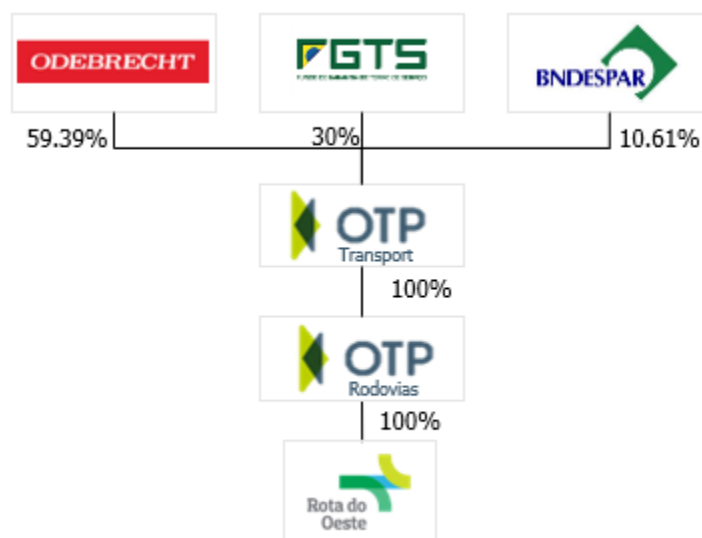
Aos Acionistas

Para apreciação de V.Sas., a seguir está sendo apresentado o Relatório da Administração (RA) da Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO ou Companhia ou Concessionária) acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor Independente, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com o conteúdo considerado relevante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da CRO, incluindo a apresentação do balanço social.

Esse Relatório de Administração está sendo apresentado com informações relevantes adicionais (indicadores técnicos, operacionais e sociais e outras) para melhor atendimento a todos os nossos usuários, incluindo o atendimento de boas práticas de apresentação, considerando também as disposições estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

1. Introdução

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:








A Concessionária foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

Através do Contrato 003/2013” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, a concessionaria se compromete com a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação,

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário da BR 163/MT, no prazo e condições estabelecidos no contrato e PER.

1.1. Destaques de 2020

-  Crescimento de tráfego média 2,4% Vep/dia, frente 2019;
-  EBITDA ajustado de R\$ 267.354 mil, recuo de 1,6% frente 2019;
-  Total investido em Obras de recuperação e Melhorias em Infraestrutura de R\$ 103.684 mil;
-  Total de R\$ 24.968 mil recolhidos em impostos sobre receitas e serviços contratados (ISSQN) aos 19 municípios localizados na faixa de domínio de distribuídos;
-  A Companhia aferiu um lucro no período de R\$ 47.955 mil.

1.2. Perspectivas

A Administração da Companhia vem envidando todos os esforços necessários para gestão e adequação das suas necessidades de caixa e situação de endividamento, mediante: (a) prorrogações de vencimentos de relevantes dívidas com BNDES e CEF para o exercício de 2020; (b) prorrogações dos vencimentos das dívidas com partes relacionadas, destacadamente os mútuos; e (c) busca de alternativas para a reestruturação de sua dívida por meio da troca de controle acionário e a consequente contratação de novas linhas de crédito para a conclusão das obrigações previstas no Contrato de Concessão, diante dos significativos efeitos da deterioração do cenário econômico e político do País, que trouxeram implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos seus acionistas, e que contribuíram para a interrupção das negociações com BNDES, principalmente para contratação do empréstimo de longo prazo, nas condições planejadas inicialmente pela Administração da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédito Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como atuais fiadores e futuros credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, enquanto se discute junto ao poder concedente alternativa para solução do Contrato de Concessão.

Também como esforço relevante da readequação das suas obrigações de investimentos, e exercício da boa prática de governança corporativa, a Administração da Companhia está em negociação junto à ANTT para buscar o reperfilamento dos investimentos previstos no Contrato de Concessão, em especial, das obras de duplicação e melhorias, por meio de proposta de Plano de Cura do Contrato solicitado pela ANTT.

Até obtenção dos resultados dos referidos esforços, a Administração da Companhia vem efetuando um rigoroso controle e gestão dos recursos provenientes das suas operações de pedágio e acessórias para a adequada operacionalização e funcionamento da Rodovia, com apresentação de excelentes indicadores operacionais e de qualidade.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A Companhia obteve um aumento de 5% nas suas receitas em 2020, quando se comparado ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pela retomada parcial do tráfego 3%, mesmo em um contexto de criticidade, o tráfego de veículos pesados apresentou um crescimento de 4%, decorrente da volta parcial das atividades econômicas mundiais, provenientes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), sobre tudo pela retomada das exportações para mercado internacional. Por outro lado, observou-se queda 6% no volume do tráfego de veículos leve, e não sendo possível, nas atuais circunstâncias, mensurar tal impacto no tráfego da Rodovia, nas suas receitas, custos e despesas operacionais.

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Mercado

A BR-163/MT é uma rodovia com papel bastante significativo para o corredor de transporte rodoviário do país, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias dos setores agrícola e pecuário. A região é um polo produtor de soja, milho e algodão, além de importante na criação de gado, uma vez que cruza o estado de Mato Grosso, um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos.

A economia do Estado do Mato Grosso tem apresentado expansão acelerada nas últimas três décadas, bem superior à média do País. Segundo dados do IBGE (2018) o PIB per Capita de Mato Grosso foi de R\$ 39,9 mil, enquanto do Brasil foi de R\$ 33,6 mil.

O principal motor do crescimento econômico do Estado foi e deve continuar sendo o agronegócio voltado ao mercado externo, haja vista a grande competitividade da produção local, associada ao fato de Mato Grosso representar a principal fronteira agrícola do País.

Os principais destaques são as cadeias da (i) soja (28%), (ii) milho (31%), (iii) bovinos (14%) e (iv) algodão (67%), incluindo a geração de valor adicionado dentro da indústria de alimentos e biocombustíveis.

2.2. Receita

A receita operacional bruta em 2020 foi de R\$ 563.969 mil, aumento de 5% comparado a 2019, oriundos da arrecadação de pedágio, pelas receitas acessórias e outras e receita de construção, conforme ICPC 01-R1. Adicionalmente, a receita líquida em 2020 atingiu R\$ 525.624 mil, crescimento de 5%, face ao mesmo período de 2019.

Receita (em milhares de reais)			
Descrição	2020	2019	Var. (%)
Receitas de Pedágio	455.363	441.113	3%
Receitas Acessórias e Outras	4.922	5.060	-3%
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	103.684	90.625	14%
Receita Bruta	563.969	536.798	5%
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(38.319)	(37.294)	3%
Outras deduções	(26)	(18)	44%
Receita Líquida	525.624	499.486	5%

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

O crescimento das Receitas de Pedágio se deve sobretudo pelo aumento de 2% dos veículos pagantes (VEP), quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

A Receitas Acessórias e Outras apresentou uma redução de 3%, reflexo da receita de subvenção governamental, referente ao benefício fiscal que concede a Companhia o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não-restituíveis, calculado sobre o lucro de exploração.

A Receita de Construção ICPC 01 (R1) obteve um aumento de 14% devido a retomada parcial dos investimentos realizados pela Companhia, com destaque para recuperação de pavimento do lote 03 do trecho de Sinop.

2.3. Tráfego

Em 2020, o tráfego pagante alcançou um total de 95.198 mil em VEP, composto de 90% de veículos pesados e 10% de veículos leves, com recuo de 6% em leves, reflexo do impactado pelo efeito Covid-19

O Crescimento do tráfego pode ser explicado pelo maior volume de exportações que ocorreram em 2020 comparado ao ano anterior com a soja, milho e algodão oriundos de Mato Grosso, com destaque para as exportações mato-grossenses de soja (75%), milho (71%) e algodão (62%)

VEP (em milhares)			
Categoria	2020	2019	Var. (%)
Pesado	85.292	82.206	4%
% Veículos Equivalentes Pagantes	90%	89%	-
Leve	9.906	10.501	-6%
% Veículos Equivalentes Pagantes	10%	11%	-
Total Vep.¹	95.198	92.707	2,7%

¹ Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).

Em termos de veículos absolutos (VAB), em 2020 obteve um recuo de 1% que corresponde 24.365 mil de veículos nas nove praças de pedágio, frente à 2019 de 24.707 mil veículos.

Quanto as tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rota do Oeste S.A. são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A partir de setembro de 2018, a tarifa média praticada pela CRO em suas praças de pedágio foi de R\$ 5,11 a cada 100 quilômetros, sem variação quando comparado à Tarifa Média praticada no ano anterior, devido a medida Cautelar de Congelamento de Tarifa. Em 2020 a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido de liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020, que até o momento não foi analisado. Em 02 de março de 2021, foi confirmada a decisão liminar anterior pela juíza de 1º grau, até que seja concluído o devido processo administrativo junto à ANTT.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

2.4. Custos e Despesas

Os Custos e Despesas, considerando provisões e depreciação, totalizaram R\$ 295.111 mil no período de 2020, apresentando um crescimento de 1% em relação ao período de 2019.

Já observando os custos dos serviços apresentou, aumento de 4% quando comparado ao ano anterior, em razão da Reversão de provisão para conserva especial, devido a mudança no ciclo de conserva especial puxado pela revisão de soluções técnicas de pavimento, que passa ser pavimento rígido em todo segmento duplicado, elevando a vida útil do pavimento e impactando diretamente da curva de conserva especial.

Custos e Despesas (em milhares de reais)			
Descrição	2020	2019	Var. (%)
Custos dos serviços	(119.942)	(115.274)	4,0%
Custos de obra de infraestrutura	(103.684)	(90.625)	14,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(34.644)	(21.874)	58,4%
Provisões	15.946	(19.654)	-181,1%
Depreciação e Amortização	(52.787)	(46.014)	14,7%
Total Custos e Despesas	(295.111)	(293.441)	1%

2.5. EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado (em milhares de reais)			
Descrição	2020	2019	Var. (%)
Resultado líquido do período	47.955	(12.966)	-470%
(+/-) Impostos (IR/CS)	6.100	(6.965)	-188%
(+/-) Resultado Financeiro	172.580	213.890	-19%
(+/-) Outras (Despesas) Receitas	3.878	12.086	-68%
(+/-) Depreciação / Amortização	52.787	46.014	15%
(+/-) Provisões	(15.946)	19.654	-181%
EBITDA	267.354	271.713	-1,6%

O EBITDA ajustado em 2020, atingiu o montante de R\$ 267.354 mil, registrando recuo em relação ao mesmo período de 2019, de -1,6%. Os ajustes foram realizados em função dos itens não impactarem a geração de caixa da Companhia, de acordo com ICPC 01.

O Resultado Financeiro apresentou recuo de 19%, devido a redução das despesas financeiras de R\$ 41.370 mil geradas a partir do resgate R\$ 118.226 das aplicações de recursos da Companhia para liquidação extraordinária cedida à Caixa Econômica Federal - CEF. Estes recursos eram provenientes da reserva do não pagamento de juros referentes ao contrato do Financiamento da CEF, conforme nota explicativa nº 17 das Demonstrações Contábeis da Companhia e Item 2.6 Resultado Financeiro mais adiante.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Outras Receitas e Despesas apresentaram recuo de R\$ 3.878 mil em relação a 2019, reflexo da provisão de redução ao valor recuperável de R\$ 12.014 mil pelo levantamento do inventário no ano anterior, o qual ensejou sobra contábeis e físicas.

As provisões resultaram em recuo de 181%, frente a 2019, devido a reversão da provisão para conserva especial representada por um novo projeto de retomada e realização de novos investimentos, relaciona na duplicação da rodovia e manutenção dos reajuste tarifário, com isso alterando o ciclo de conserva especial, conforme nota explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis da Companhia e o item 2.4 Custo e Despesas, acima citado.

2.6. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (em milhares de reais)			
Descrição	2020	2019	Var. (%)
Receitas Financeiras	2.534	3.346	-24%
Despesas Financeiras	(175.114)	(217.236)	-19%
Resultado Financeiro Líquido	(172.580)	(213.890)	-19%

Em 2020 o resultado financeiro líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 172.580 mil, registrando recuo de 19% ante 2019, decorrente da redução das Despesas Financeiras da Companhia, com destaques para os Custos de Transação e Juros sobre empréstimos.

As Receitas Financeiras apresentaram queda em razão amortização extraordinária ao Contrato Ponte CEF, conforme item 2.5. EBITDA Ajustada.

2.7. Endividamento com Instituições Financeiras

Endividamento (em milhares de reais)			
Descrição	2020	2019	Var. (%)
Dívida Bruta	941.072	1.006.325	-6,5%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(37.550)	(85.356)	-56,0%
Dívida Líquida	903.522	920.969	-1,9%

Ao final de 2020 o endividamento líquido da Companhia apresentou redução se comparado ao ano anterior, totalizando R\$ 903.522 mil. O valor de Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras apresentou uma variação de 56% inferior ao ano de 2019, decorrente de um resgate disponível no Fundo Atlântico gerido pela CEF, e destinados para amortização extraordinária ao Contrato Ponte CEF. E pagamento parcial no montante de R\$ 14.064 ao Banco do Brasil nas condições do Instrumento de Inação.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

2.8. Investimentos

Durante o ano de 2020, foram investidos R\$ 103.684 mil. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 90.625 mil realizados em 2019, conforme detalhamento a seguir:

TRECHO NORTE - KM 507 AO KM 855
Implantação de canal de drenagem no km 755 – Sorriso
Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's
Melhorias no pavimento - Fresagem, Microrevestimento
Execução de gabião - Ponte do Rio Lira - km 755 – Sorriso
Recuperação do pavimento - Execução de fresagem e recomposição em TSD e CBUQ
Implantação de passarela em Sinop - km 821,3
TRECHO 108KM - KM 353,5 AO KM 461,7
Melhorias no pavimento (Microfresagem + aplicação de Microrrevestimento)
Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's
Recuperação do pavimento - (Aplicação de MRF + TSD e CBUQ) com reaproveitamento de fresado (RAP)
ROD. IMIGRANTES -KM 321,3 AO KM 353,5 (BR-070)
Melhorias no pavimento (Microfresagem + aplicação de Microrrevestimento)
Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's
TRECHO SUL - KM 0 AO KM 130
Implantação de passarela em Rondonópolis - km 121,6
Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's
Recuperação Estrutural - Ponte do Rio Vermelho - km 121,1 - Rondonópolis
Reforma da base da PRF de Rondonópolis

2.9. Captação de Recursos

A Companhia não contratou novos financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, utilizando apenas os recursos operacionais para o desenvolvimento de suas atividades.

2.10. Valor Adicionado

A CRO gerou em 2020, o valor adicionado de R\$ 318.000 mil, representando 57% da Receita Operacional Bruta, o que representa um crescimento de 15,3% em relação a 2019, em que o valor adicionado foi de R\$ 276.568 mil representando 52% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. A distribuição do Valor Adicionado gerado pela Companhia está representado a seguir.

Demonstração do Valor Adicionado	
Item	Distribuição
Pessoal	13,48%
Impostos, Taxas e Contribuições	16,05%
Remuneração de Capital de Terceiro	55,43%
Remuneração de Capital de Próprios	15,04%
Total	100%

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

2.11. Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Para fins de atendimento às cláusulas contratuais (*covenants*) do Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças, a Companhia não deverá distribuir quaisquer recursos, ativos, bens, direitos em moeda, obrigações ou títulos e valores mobiliários aos seus respectivos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou resgate e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital.

A Concessionária gerou no exercício de 2020 um Lucro no valor de R\$ 47.955 mil (2019 – prejuízo de R\$ 12.966 mil) sendo que a destinação desse lucro foi para reserva legal e o restante para absorver os prejuízos acumulados não tendo, portanto, retenção de lucros.

2.12. Planejamento Empresarial

A Companhia vem envidando todos os esforços para readequação das suas obrigações de investimentos, e exercício da boa prática de governança corporativa, a Administração da Companhia está em negociação junto à ANTT com o principal objetivo de buscar o reperfilamento dos investimentos previstos no Contrato de Concessão, em especial, das obras de duplicação e melhorias, por meio de proposta de Plano de Cura do Contrato solicitado pela ANTT.

2.13. Gestão pela Qualidade Total

Como forma de demonstrar a capacidade da CRO em atender os requisitos legais e contratuais referentes a meio ambiente e assegurar o compromisso de melhorar continuamente seus processos buscando a máxima eficiência ambiental, a Concessionária obteve a certificação ISO 14.001:2004 e ISO 9001:2008 em 2016, em 2017, conquistou a atualização da versão 2015 das ISOs. Em novembro de 2018 a CRO passou pelo processo de auditoria e em dezembro a recomendação para a recertificação da ISO 14.001:2015 e 9.001:2015. Em 2019, a CRO passou pelo processo de recertificação na NBR ISO 9001:2015 e NBR ISO 14001:2015.

2.14. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO"). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou 2020 com o efetivo de 720 integrantes diretos (não inclui estagiários, aprendizes e o Centro de Serviços Compartilhados).

Investiu na intensificação nos treinamentos e Desenvolvimento de Pessoas: QRU CCO, PDI para Controladores Pedagógico, Programa Escola de Líderes na Operação, Conecta, Café com Líder na

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

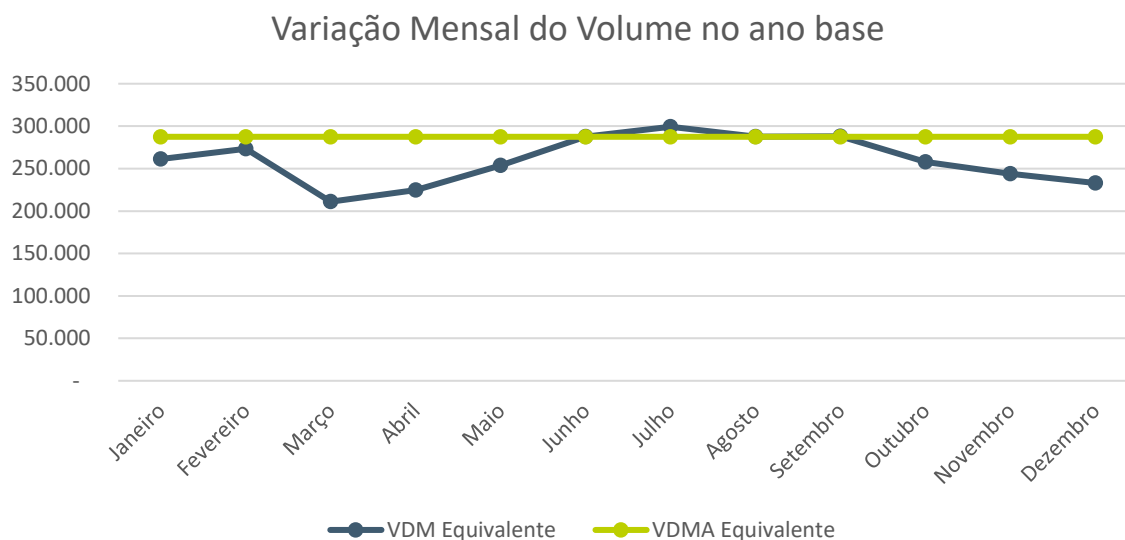
linha, totalizando 502 colaboradores treinados e capacitados, mais de 4.780 horas de treinamento e um montante investido de R\$ 51 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos colaboradores oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

3. Indicadores Operacionais

3.1. Caracterização do Tráfego

Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente.



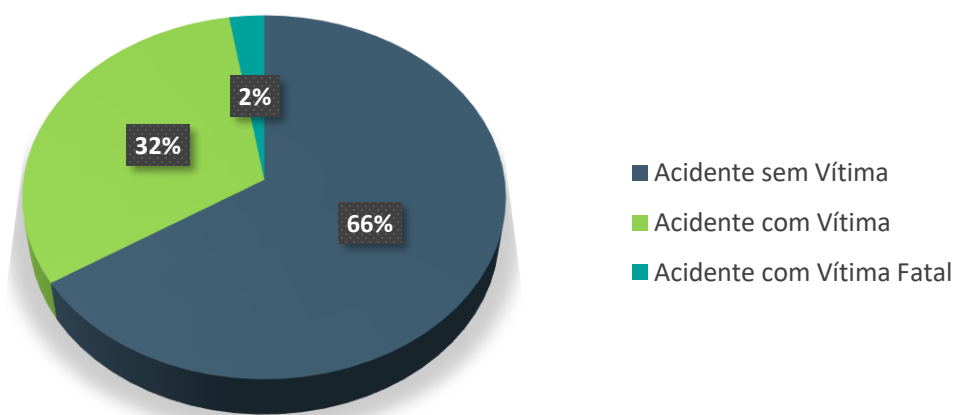
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

3.2 Segurança no Trânsito

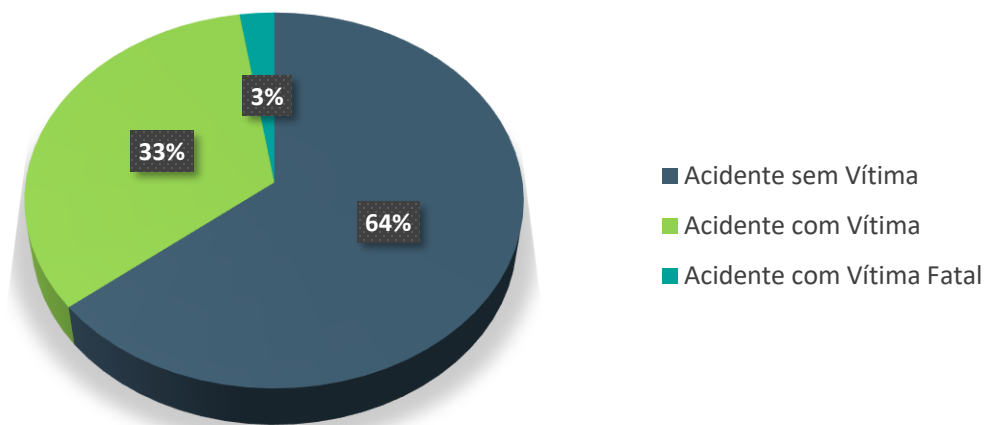
3.1.1.Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2020

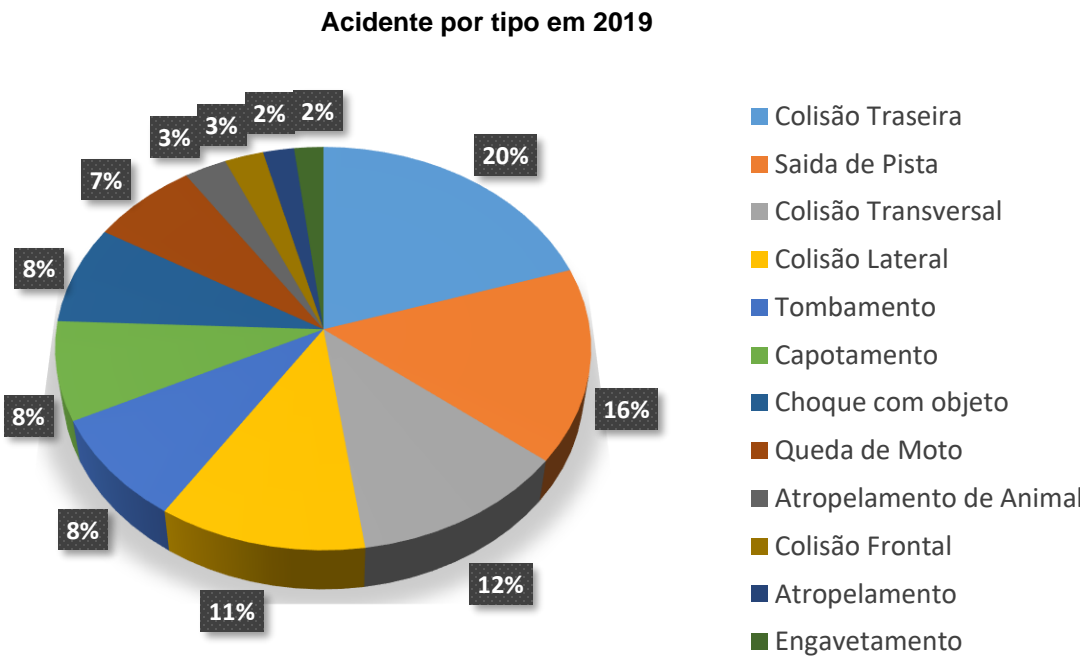
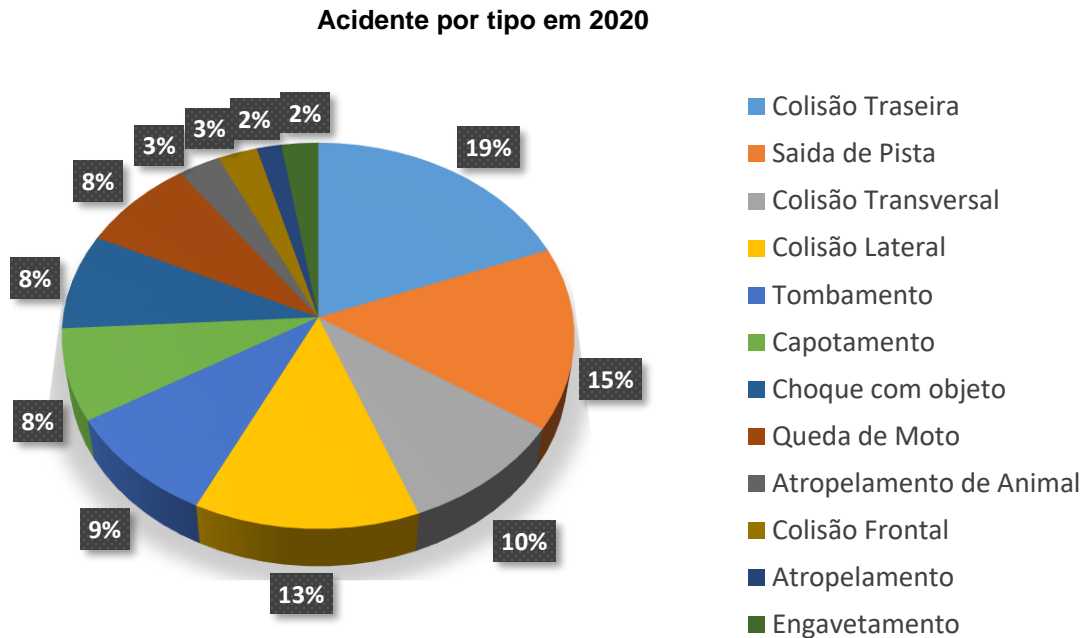


Percentual de acidentes por gravidade em 2019



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A figura apresenta valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

3.2. Dados Operacionais da Concessão

3.2.1.Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de Veículos	Quantidade	Quantidade/Km
Ambulância de Resgate/UTI - Tipo D	7	0,8
Ambulância de Resgate - Tipo C	17	2,0
Caminhão Apreensão de Animais	5	0,6
Carreta de PMV	10	1,2
Guincho Leve	21	2,5
Guincho Pesado	10	1,2
Guindauto	5	0,6
Caminhão - Pipa	5	0,6
Veículo de inspeção	25	2,9
Total de Veículos Operacionais	105	12,3
Administrativo	22	2,6
Fiscalização ANTT	3	0,4
Manutenção	25	2,9
Total de Veículos de Apoio	50	5,9
Total de Veículos Operacionais	155	18

3.2.2.Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Equipe Operação	Quantidade	Pessoas/VDMA
Gerência de Arrecadação	8	0,28
Gerente de Operações	1	0,03
Coordenador de Pedágio	3	0,10
Analista Administrativo	2	0,07
Assistente Administrativo	2	0,07
Gerência de Tráfego	2	0,07
Coordenador de Tráfego	2	0,07
Centro de Controle de Operações	26	0,90
Coordenador de Centro de Controle de Operações	1	0,03
Especialista de Centro de Controle de Operações	1	0,03
Controlador de Centro de Controle de Operações I	15	0,52
Controlador de Centro de Controle de Operações II	6	0,21
Controlador de Centro de Controle de Operações III	3	0,10
Frota	6	0,21
Coordenador de Frota	1	0,03
Controlador de Frota	1	0,03
Técnico de Manutenção Frota	4	0,14
Praças de Pedágio	298	10,37
Supervisores	5	0,17
Controladores	35	1,22
Operadores de Pedágio	247	8,59
Operador de Pedágio e Pesagem	10	0,35
Supervisor de Pesagem	1	0,03
Bases de Atendimento ao Usuário	218	7,58
Supervisores	8	0,28
Operador de Tráfego I	170	5,91
Operador de Tráfego II	40	1,39
TOTAL	558	19

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

4. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. Individualizar por natureza de receita.

4.1.1.Receita (em R\$ mil)

Receita	2020	Acumulado
Receita de Pedágio	455.363	2.227.980
Receita de Acessória	4.922	31.652
Total	460.285	2.259.632

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

4.1.2.Investimentos (em R\$ mil)

Investimento	2020	Acumulado
Adição de Intangível (CPC 01)	103.684	2.001.186
Total	103.684	2.001.186

4.1.3.Custos Operacionais (em R\$ mil)

Custos Operacionais	2020	Acumulado
Custos Operacionais (sem provisões e depreciação)	119.942	606.814
Total	119.942	606.814

4.1.4.ISS repassados (em R\$ mil)

ISS repassados	2020	Acumulado
ISS repassados	24.968	148.567
Total	24.968	148.567

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

4.1.5.Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$ mil)

Multiplicador	Categoria	Itiquira (PP1)	Rondonópolis (PP2)	Campo Verde (PP3)	Sto. Antônio de Leverger (PP4)	Jangada (PP5)	Nobres (PP6)	Nova Mutum (PP7)	Lucas do Rio Verde (PP8)	Sorriso (PP9)
1,0	Categoria 1	R\$ 4,50	R\$ 5,10	R\$ 4,10	R\$ 4,10	R\$ 5,50	R\$ 4,60	R\$ 3,80	R\$ 4,90	R\$ 7,00
2,0	Categoria 2	R\$ 9,00	R\$ 10,20	R\$ 8,20	R\$ 8,20	R\$ 11,00	R\$ 9,20	R\$ 7,60	R\$ 9,80	R\$ 14,00
1,5	Categoria 3	R\$ 6,75	R\$ 7,60	R\$ 6,10	R\$ 6,10	R\$ 8,25	R\$ 6,90	R\$ 5,70	R\$ 7,30	R\$ 10,50
3,0	Categoria 4	R\$ 13,50	R\$ 15,30	R\$ 12,30	R\$ 12,30	R\$ 16,50	R\$ 13,80	R\$ 11,40	R\$ 14,70	R\$ 21,00
2,0	Categoria 5	R\$ 9,00	R\$ 10,20	R\$ 8,20	R\$ 8,20	R\$ 11,00	R\$ 9,20	R\$ 7,60	R\$ 9,80	R\$ 14,00
4,0	Categoria 6	R\$ 18,00	R\$ 20,40	R\$ 16,40	R\$ 16,40	R\$ 22,00	R\$ 18,40	R\$ 15,20	R\$ 19,60	R\$ 28,00
5,0	Categoria 7	R\$ 22,50	R\$ 25,50	R\$ 20,50	R\$ 20,50	R\$ 27,50	R\$ 23,00	R\$ 19,00	R\$ 24,50	R\$ 35,00
6,0	Categoria 8	R\$ 27,00	R\$ 30,60	R\$ 24,60	R\$ 24,60	R\$ 33,00	R\$ 27,60	R\$ 22,80	R\$ 29,40	R\$ 42,00
0,5	Categoria 9	R\$ 2,25	R\$ 2,50	R\$ 2,00	R\$ 2,00	R\$ 2,75	R\$ 2,30	R\$ 1,90	R\$ 2,40	R\$ 3,50
7,0	Categoria 6+1	R\$ 31,50	R\$ 35,70	R\$ 28,70	R\$ 28,70	R\$ 38,50	R\$ 32,20	R\$ 26,60	R\$ 34,30	R\$ 49,00
8,0	Categoria 6+2	R\$ 36,00	R\$ 40,80	R\$ 32,80	R\$ 32,80	R\$ 44,00	R\$ 36,80	R\$ 30,40	R\$ 39,20	R\$ 56,00
9,0	Categoria 6+3	R\$ 40,50	R\$ 45,90	R\$ 36,90	R\$ 36,90	R\$ 49,50	R\$ 41,40	R\$ 34,20	R\$ 44,10	R\$ 63,00
10,0	Categoria 6+4	R\$ 45,00	R\$ 51,00	R\$ 41,00	R\$ 41,00	R\$ 55,00	R\$ 46,00	R\$ 38,00	R\$ 49,00	R\$ 70,00
1,0	Eixos Adicionais	R\$ 4,50	R\$ 5,10	R\$ 4,10	R\$ 4,10	R\$ 5,50	R\$ 4,60	R\$ 3,80	R\$ 4,90	R\$ 7,00

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**5. Concessionária em números**

Dados Anuais e por empresa	Unidade de medida e comentário
Características da Via	
Quilômetros de Rodovia	850,9 km
Número de veículos absolutos que transitaram	Leves: 10 milhões Pesados 14,3 milhões
Número de praças de pedágio	9
Tarifa	R\$ 5,11 / 100 km
Número de quilômetros mantidos	850,9 km
Índice de congestionamento	Não Aplicável
Trânsito médio diário equivalente	287.471
Trânsito médio diário anual equivalente	287.470
Equipes utilizadas pelo concessionário na operação	Gerência de Arrecadação (8); Gerência de Tráfego (2); CCO (26); Frota (6); Praças de Pedágio (298); Bases SAU's (218)
Índices de qualidade da estrada	Dc: 73,49% (bom) IGG: 60,68% (ótimo) IRI: 51,48% (ótimo)
Receita Líquida de Pedágio	R\$ 525.624 mil
Custos dos serviços prestados	R\$ 258.818 mil
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores total	720
Despesas de pessoal	R\$ 50,3 mil
Fator Capital	
Despesas de depreciação	R\$ 52,7 mil
Ativo líquido	R\$ 103 mil
Ativo bruto	R\$ 1.997 bi
Série histórica dos investimentos	R\$ 1.892 bi
Custo de oportunidade de capital	N/A
Fator Intermediários	
Despesas em administração	R\$ 36.684 mil
Despesas em manutenção	R\$ 103.684 mil
Outras despesas	R\$ 50.670 mil
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Acidente sem Vítima: 2.441 Acidente com Vítima: 1.170 Acidente com Vítima Fatal: 95
Indicadores	
Receita por KM	R\$ 617 mil/km
Custo por KM	R\$ 304 mil/km

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**6. Balanço Social****Balanço social em 31 de dezembro de 2020 e de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais)

31/12/2020				31/12/2019			
1 - Faturamento bruto	Valor						Valor
Receita líquida (RL)	525.624						499.486
Resultado operacional (RO)	226.635						193.959
1.1 - Folha de pagamento bruta (FPB)	Valor						Valor
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	36.751						30.514
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-						-
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	
Alimentação	4.301	11,70%	0,76%	3.943	12,92%	0,73%	
Encargos sociais	8.270	22,50%	1,47%	8.411	27,56%	1,57%	
Previdência privada	453	1,23%	0,08%	299	0,98%	0,06%	
Saúde	3.624	9,86%	0,64%	3.395	11,13%	0,63%	
Segurança e Saúde no trabalho	169	0,46%	0,03%	147	0,48%	0,03%	
Educação	26	0,07%	0,00%	53	0,17%	0,01%	
Cultura	-	-	-	-	-	-	
Capacitação e desenvolvimento profissional	106	0,29%	0,02%	76	0,25%	0,01%	
Creches ou auxílio creche	1	-	-	4	-	-	
Participação os lucros ou resultados	6.903	18,78%	1,22%	2.638	8,65%	0,49%	
Outros	40	0,11%	0,01%	69	0,23%	0,01%	
Total - Indicadores sociais internos	23.893	65,01%	4,24%	19.035	62,37%	3,55%	
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	
Alimentação	-	-	-	-	-	-	
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	
Previdência privada	-	-	-	-	-	-	
Saúde	-	-	-	-	-	-	

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Segurança e Saúde no trabalho	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	-	-	-	-	-
Creches ou auxílio creche	-	-	-	-	-	-
Participação os lucros ou resultados	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais internos	-	-	-	-	-	-

Tributos (Exceto encargos sociais)	44.796	29.074
Total - Indicadores sociais externos	44.796	29.074

4 - Indicadores ambientais	Valor	Valor
Investimentos relacionados com a produção/operação da		
Concessionária	688	2.031
Investimentos em programas e/ou projetos externos	178	31
Total de investimentos em meio ambiente	866	2.062

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% (x) Cumpre de 75 a 100%	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% (x) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

5 - Indicadores do Corpo Funcional	31/12/2020	31/12/2019
Nº de colaboradores ao final do período		
	16,05% até 06 meses	19,15% até 06 meses
	13,90% de 06 meses a 01 ano	10,82% de 06 meses a 01 ano
Tempo de serviço		
	20,96% entre 01 a 02 anos	17,40% entre 01 a 02 anos
	27,2% entre 02 a 05 anos	38,45% entre 02 a 05 anos
	21,88% acima de 05 anos	14,04% acima de 05 anos
Nº de admissões durante o período	295	206
Nº de demissões durante o período	207	237
Nº de colaboradores terceirizados	821	744
Nº de estagiários (as)	5	2
Nº de colaboradores com até 18 anos	15	28
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	153	131
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	684	485
Nº de colaboradores acima de 45 anos	126	64
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	449	317
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,82%	0,73%
Remuneração paga a mulheres no período	-	-
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	37	25
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,01%	0,01%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	32	17
Total de horas extras trabalhadas	52	43
Total de horas extras pagas	657	508
Total de INSS pagos	5.485	5.169
Total de FGTS pago	1.906	2.355
Total de Contribuição Sindical paga	260	229
Total dos demais encargos sociais pagos	619	658
Total de ICMS recolhidos no período	32	36
Total de IR recolhido no período	516	124
Total de CSLL recolhido no período	3.504	2.675
Total de PIS recolhidos no período	2.847	2.841
Total de COFINS recolhidos no período	13.139	13.111
Total de outros tributos recolhidos no período	22.543	21.511

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

6 - Exercício da cidadania empresarial	31/12/2020	31/12/2019
Número total de acidentes de trabalho	20	22
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	<input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	84,09% na Concessionária 2,20% no PROCON 13,71% na Justiça	82,72% na Concessionária 2,37% no PROCON 14,91% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	16% governo 15% acionistas 13% colaboradores 55% terceiros	13% governo -5% acionistas 13% colaboradores 79% terceiros

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

7. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria “B” perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, deve ser composta de no mínimo dois diretores, e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia, um Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

A Rota do Oeste implantou, em 2014, um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente (“Sistema de Conformidade”). Esse sistema de conformidade inclui: (i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração, ii) comitê de ética, com calendário de reuniões periódicas, iii) programa contínuo de capacitação dos integrantes, iv) processo de due diligence de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção, v) avaliação de riscos, e vi) auditorias de processos.

8. Responsabilidade Social

1.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

Em 2020 o programa de Responsabilidade Socioambiental realizou os **seguintes projetos**:

1.1.1. Projeto Rota Segura

O projeto é voltado para a saúde e bem-estar do usuário da Rodovia, buscando, com uma forma de atuação preventiva, realizar atendimentos médicos, nutricionais e motivacionais com foco na conscientização do usuário quanto à sua condição física e psicológica, resultando na melhoria de sua qualidade de vida.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

O objetivo é realizar exames médicos e palestras de conscientização quanto à segurança no trânsito aos usuários da Rodovia, como forma de reduzir os acidentes causados por questões relacionadas à saúde do motorista. O Projeto antes das medidas restritivas devido ao COVID-19, já havia sido investido R\$ 11.390,13 no 1TR20.

A Companhia, ciente do seu papel social junto ao combate do COVID-19, aprimorou o programa “Parada Legal”, que tem por objetivo levar serviços gratuitos de saúde, segurança e bem-estar aos usuários da rodovia, com a aquisição de dois mil kits de alimentação, mil e setecentos vouchers de alimentação, dois mil e quinhentos testes rápidos, três mil e oitocentos litros de álcool gel, seis mil setecentos máscaras descartáveis, mais de um milhão de luvas, além da disponibilização de pontos de apoio aos caminhoneiros para aferição de temperatura corporal e higienização das mãos.

1.1.2. Projeto Semana Nacional de Trânsito

O projeto Semana Nacional de Trânsito, o qual também faz parte do projeto Rota Segura, ocorre paralelo ao movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito.

O objetivo é colocar em pauta o tema e mobilizar a sociedade civil em ações de combate à violência no trânsito.

Em 2020 a Concessionária intensificou a fiscalização de veículos de cargas na rodovia em parceria com Polícia Federal Rodoviária (PRF), a fim de combater a falha de manutenção dos sistemas de freios e suspensão, bem como condutas com excesso de horas trabalhadas pelos motoristas profissionais de transporte, sobre atitudes para um trânsito mais seguro, e o transporte inadequado de cargas assim como excesso de peso, com a participação de 180 pessoas, procedimento de fiscalização com 242 pessoas, procedimento de fiscalização com 268 veículos e abordagens com emissão de 64 autos de infração (Código de Trânsito Brasileiro), e Palestras com o tema “ Educação para o Trânsito”.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, as informações financeiras da Concessionária Rota do Oeste foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes. Durante o período auditado a mesma não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação do serviço de auditoria foi para o exercício de 2020, pelo valor de R\$ 163.265. As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A política da Companhia para a contratação de serviços de auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

2. Agradecimentos

A administração da CRO registra seu agradecimento aos seus integrantes, aos acionistas, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, às instituições financeiras que apoiam o programa de investimentos e a Polícia Rodoviária Federal que em conjunto se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento.

Conselho de Administração

Felipe Montoro Jeans	Presidente
Júlio César Duarte Perdigão	Vice-Presidente
Felipe Montoro Jeans	Membro titular
Josimá Matos Guimarães	Membro titular

Diretoria Executiva

Renato Ribeiro Bortoletti	Diretor Presidente e Diretor Relações com Investidores
Lucas Suassuna Neto	Diretor de Engenharia e Operações
Júlio César Duarte Perdigão	Diretor Institucional
Adriano Lima Ferreira	Diretor Administrativo-Financeiro
João Milton Da Veiga Pereira	Diretor Jurídico

Contador

Ademir Carbonez	CRC 1SP168398/O-7 SP
-----------------	----------------------

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia" ou "CRO"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"):

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP").

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Autos de infração – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. Dos processos que tiveram julgamento desfavorável para a Companhia no âmbito administrativo, houve o

Notas Explicativas

pagamento de R\$ 1.919 em setembro de 2020 e parcelamento junto a ANTT no valor de R\$ 2.384 em 60 (sessenta) parcelas, com o primeiro pagamento programado para outubro de 2020. Os demais processos ainda estão sendo discutidos administrativamente. A Administração da Companhia entende que as penalidades, se impostas, ou se forem confirmadas no âmbito administrativo podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da Companhia. Desta forma, considerando as incertezas envolvidas, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias e, conseqüentemente, se suas demonstrações contábeis serão impactadas.

Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela Companhia, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual n.º 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. Atualmente o processo arbitral, encontra-se na Ordem Processual n.º 23, fase de produção de provas, sendo as provas deferidas até o momento: Perícias i) econômico e financeira; ii) ambiental; iii) avaliação de imóveis; iv) engenharia de rodovias.

Em 09 de dezembro de 2020, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão com base no poder geral de cautela, em ação cautelar proposta pela Companhia, suspendendo a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia excede o seu ativo circulante em R\$ 1.013.103 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 1.008.778), principalmente, em virtude do financiamento de curto prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de dívida, sub-rogação e outras avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V.

A Companhia previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente pela Companhia junto ao BNDES, a mesma celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças (“Instrumento da Inação”), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, enquanto se discute junto ao Poder Concedente alternativa para solução do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Ações do Ministério Público, Governança e Compliance

Em dezembro de 2016, a Odebrecht SA., controladora indireta da Companhia, firmou acordo de leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. que firmou acordo próprio. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União ("CGU") e com a Advocacia-Geral da União ("AGU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

A Companhia possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Para tanto, conta com um sistema de conformidade desde 2017, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos.

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração nesse momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, consequentemente, as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020.

COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto de COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

No Brasil, o Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

No âmbito estadual, o Governo de Mato Grosso, através do Decreto nº 424 de 25 de março de 2020, decretou condição de calamidade pública, impondo restrições às atividades de maneira a evitar possível contaminação ou propagação do vírus no estado.

Notas Explicativas

A Concessionária Rota do Oeste, aderente às recomendações de segurança e controle, implementou um comitê de crise, visando proteger a saúde dos colaboradores e seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho (“*home office*”) para todos os profissionais enquadrados; adoção de turnos de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em *home office*; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

A Companhia, ciente do seu papel social junto ao combate da COVID-19, aprimorou o programa “Parada Legal”, que tem por objetivo levar serviços gratuitos de saúde, segurança e bem-estar aos usuários da rodovia, com a aquisição de dois mil kits de alimentação, mil e setecentos vouchers de alimentação, dois mil e quinhentos testes rápidos, três mil e oitocentos litros de álcool gel, seis mil setecentos máscaras descartáveis, mais de um milhão de luvas, além da disponibilização de pontos de apoio aos caminhoneiros para aferição de temperatura corporal e higienização das mãos.

Em virtude das restrições de funcionamento de estabelecimentos considerados não essenciais e às recomendações de isolamento social, observou-se uma queda no volume de tráfego diário em torno de 8% na última semana do mês de março de 2020, quando comparado à média da mesma semana do ano anterior. A Companhia verificou a retomada no fluxo de veículos a partir do 3º trimestre de 2020, quando o tráfego de veículos pesados apresentou um crescimento total de 4% em relação ao mesmo período de 2019. Por outro lado, o fluxo de veículos leves permaneceu em queda quando comparado com o ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de tráfego dos veículos leves teve queda de 5,9% no acumulado do exercício, quando comparado com o exercício anterior. Já o tráfego de veículos pesados teve crescimento de 3,5% em relação ao exercício de 2019. Este crescimento ocorreu em decorrência do segmento de agronegócios, da retomada na prestação de serviços essenciais e a melhora do escoamento de grãos para o mercado internacional.

Com base na Medida Provisória 927 e nas Portarias 139 e 245, a Companhia usufruiu da postergação do pagamento do FGTS, INSS (Patronal e RAT ajustado), PIS, Cofins, com suas devidas obrigações acessórias.

Entretanto, é importante ressaltar que a Administração envida os maiores esforços para preservação de emprego e manutenção da renda e permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 23 de março de 2021.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

2.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e encontram-se registradas ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

Notas Explicativas

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

Em 31 de dezembro de 2020, compreendem a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” (nota explicativa nº 8), “Contas a receber” (nota explicativa nº 10) e “Outros ativos”.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

Notas Explicativas

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, é registrada como ativo intangível na medida em que a Concessionária tem acesso para construir e ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

Notas Explicativas

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados aos investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 15.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas

j) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

Notas Explicativas

l) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

m) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

p) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Notas Explicativas

(ii) Receita de construção ICPC 01 (R1)

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - "Contratos de concessão".

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1), quando a Concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão de acordo com a ICPC 01 (R1), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A Administração entende, baseada em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2020	2019	2020	2019	2020	2019
103.684	90.625	(103.684)	(90.625)	-	-

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

Notas Explicativas

q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência (anteriormente denominada Odeprev), entidade fechada de previdência privada. A Vexty Previdência proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty Previdência estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definido, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty Previdência o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – “Benefícios a empregados”.

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do integrante, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

s) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados

Notas Explicativas

em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por se tratar de implantação de empreendimento a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

t) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

2.4. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.5. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue:

- **Reforma da taxa de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021.
- **Contratos Onerosos** – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)** – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)** – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)** – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- **IFRS 17 Contratos de Seguros** - A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outros

Notas Explicativas

similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros. Para os ativos não financeiros, foi realizado um levantamento de inventário, ensejando em sobras contábeis e físicas, por esse motivo a Administração optou por realizar uma provisão, conforme nota explicativa nº 15. Esses itens serão alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de recuperabilidade ou baixa.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção, motivo pelo qual a Companhia adotou a margem de construção igual a 0 (zero).

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus

Notas Explicativas

valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	-	15.781	2.788
Fornecedores - partes relacionadas	12	92.311	-
Mútuos - partes relacionadas	12	-	443.675
Empréstimos e financiamentos	17	941.072	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	-	8.923	1.225
Fornecedores - partes relacionadas	12	80.439	-
Mútuos - partes relacionadas	12	-	430.147
Empréstimos e financiamentos	17	1.006.325	-

Notas Explicativas

- (i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outros passivos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédito Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, detalhado na nota explicativa nº 17, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Depósito Interfinanceiros (DI), em substituição à Taxa de Longo Prazo (TLP).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025	2026
TJLP (*)	4,6%	4,8%	4,8%	4,8%	4,8%	4,8%
CDI (*)	2,3%	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%

(*) Fonte: Projeção Tendências – 31/12/2020.

Notas Explicativas

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	4,8%	6,0%	7,2%
CDI (*)	2,3%	2,8%	3,4%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2021 a 2026 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Empréstimo Ponte CEF	mai/19	Alta TJLP	93.300.541	96.575.293	98.135.406

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Instrumento de Inação	ago/22	Alta CDI	78.445.907	81.054.721	83.647.870

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumarizados:

	Nota	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	17	941.072	1.006.325
Arrendamento mercantil operacional	18	10.614	19.078
Caixa e equivalentes de caixa	8	(37.550)	(3.936)
Aplicações Financeiras	9	-	(81.420)
Dívida líquida		914.136	940.047
Total do patrimônio líquido		353.026	305.071
Total do capital próprio e de terceiros		1.267.162	1.245.118
Índice de alavancagem financeira - %		72%	75%

6. Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	37.550	3.936
Aplicações financeiras	9	-	81.420	-	-
Contas a receber	10	-	-	19.370	15.173
Contas a receber - partes relacionadas	12	-	-	382	382
		-	81.420	57.302	19.491
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	941.072	1.006.325
Arrendamento mercantil operacional	18	-	-	10.614	19.078
Fornecedores	-	-	-	18.569	10.148
Fornecedores - partes relacionadas	12	-	-	92.311	80.439
Mútuos - partes relacionadas	12	-	-	443.675	430.147
Outros passivos	20	-	-	8.947	2.703
		-	-	1.515.188	1.548.840

Notas Explicativas

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2020	2019
Contas a receber		
Pedágios	19.046	14.873
Receitas acessórias	324	300
Total de contas a receber	19.370	15.173
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Aplicações financeiras	-	81.420
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	-	81.420
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	3	9
Numerários em trânsito	381	503
Fundo de troco	601	667
Bancos conta movimento	2.686	2.757
Aplicações financeiras	33.879	-
	37.550	3.936
	37.550	85.356

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa geral	3	9
Numerários em trânsito	381	503
Fundo de troco	601	667
Bancos conta movimento	2.686	2.757
Aplicações financeiras (i)	33.879	-
	37.550	3.936

- (i) As aplicações financeiras são de baixo risco e tem liquidez imediata, remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). O percentual médio de remuneração para as aplicações financeiras mantidas em 31 de dezembro de 2020 é de 96% a 102% do CDI.

9. Aplicações financeiras

	2020	2019
Aplicações financeiras (i)	-	67.197
Conta reserva (ii)	-	14.223
	-	81.420

- (i) Em 23 de setembro de 2020, ocorreu o resgate de R\$ 118.226, equivalente à somatória disponível no Fundo Atlântico gerido pela CEF e na Conta Principal do Projeto, vinculada à CEF, para amortização extraordinária ao Contrato Ponte CEF (nota explicativa nº 17).
- (ii) Tendo em vista o disposto na Cláusula 7.2, "ii", "a" do Contrato de Cessão Fiduciária, o recurso disponível na conta reserva foi liberado no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 para manutenção das despesas operacionais do projeto de curto prazo da Companhia.

Notas Explicativas

10. Contas a receber

	2020	2019
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI")</i>	16.477	12.628
Receitas acessórias	324	300
Vale pedágio	2.569	2.245
	19.370	15.173

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

11. Despesas antecipadas

	2020	2019
Despesas com financiamentos e outras	-	24
Seguros a apropriar	5.894	6.039
	5.894	6.063

12. Partes relacionadas

	Adiantamento a fornecedores	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
31 de dezembro de 2019	71.402	382	80.439	430.147	4.895	299	38.788
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	71.402	-	-	-	-	-	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (ii)	-	382	-	-	1.489	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (iii)	-	-	87.097	-	-	-	12.290
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	-	-	388.254	-	-	11.558
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	-	260	-	8.826	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	-	4.827	-	-	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vii)	-	-	-	55.421	-	-	1.859
Odebrecht Transport S.A. (viii)	-	-	-	-	486	-	-
Vexty Previdência ("Vexty") (ix)	-	-	127	-	-	552	-
31 de dezembro de 2020	71.402	382	92.311	443.675	10.801	552	25.707

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo as operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) A Companhia possui junto a CNO adiantamentos no montante de R\$ 71.402, relacionados à execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, o qual está registrado como custo do ativo de contrato, conforme nota explicativa nº 16.
- (ii) Refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (Serviços de apoio com suporte em tecnologia da informação) prestados pela CNO.
- (iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (EPC), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-

Notas Explicativas

163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia.

O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice de obras rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos. A contratação da OEI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Até 31 de março de 2019, este contrato possuía um seguro garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT. Esse seguro não foi renovado, em virtude da suspensão do contrato EPC.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 12.290 de juros sobre atraso de pagamentos das faturas do contrato EPC, junto ao OEI conforme estabelecido em contrato.

(iv) Odebrecht Rodovias S.A.

	2020	2019
Mútuo Rodovias	388.476	376.917
Custos de captação a amortizar (a)	(222)	(332)
	388.254	376.585

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	2020	2019
30/12/2015	(b)	125% do CDI	234.460	227.483
23/02/2016	(c)	125% do CDI	30.024	29.130
14/03/2016	(c)	125% do CDI	23.487	22.789
28/03/2016	(c)	125% do CDI	31.131	30.204
08/07/2016	(d)	125% do CDI	29.705	28.822
06/06/2019	(e)	125% do CDI	13.251	12.857
18/06/2019	(f)	125% do CDI	26.418	25.632
			388.476	376.917

- a) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.
- b) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- c) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data, a

Notas Explicativas

Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;

- d) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- e) Em 06 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora ODBVias, no valor de R\$ 12.353, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto a CEF;
- f) Em 18 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora ODBVias, no valor de R\$ 24.707, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto ao BNDES.

Os mútuos estão subordinados a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, e poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo seja quitado com o BNDES primeiro.

O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

Conforme último aditivo firmado entre as partes e subordinados aos credores do CPG – Contrato de Prestação de Garantia da CRO, as partes concordaram em não haver incidência de juros a partir de 1º de novembro de 2020, até notificação da ODBR à CRO com cópia para os credores informando sobre o retorno da incidência da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11.558 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (v) Em 08 de outubro de 2015, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas nesse contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o termo de distrato e encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um acordo de rateio de despesas com a ODBVias para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou contrato de elaboração de projetos de engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de

Notas Explicativas

serviços de engenharia para elaboração e desenvolvimento de anteprojetos, projetos executivos para as obras de fluidez da rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Esse contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas nesse contrato.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento, acompanhamento, qualificação e consultoria de engenharia e construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Esse contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas ordens de serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas ordens de serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais.

A remuneração mediante aprovação de orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

- (vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente à locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, série 3, acumulado no período. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo total desse contrato, correspondia ao montante de R\$ 4.827. Não há garantias previstas nesse contrato.

(vii) Odebrecht Transport S.A.

Data de liberação	Taxa de remuneração	2020	2019
24/06/2016	125% do CDI	55.421	53.562
		55.421	53.562

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

O mútuo está subordinado a quitação do contrato de empréstimo ponte com o

Notas Explicativas

BNDES, atualmente sub-rogado através do Instrumento de Inação junto aos Credores. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo seja primeiramente quitado junto aos Credores.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.859 de juros sobre o contrato de mútuo.

(viii) Refere-se ao rateio de despesas com locação de imóvel.

(ix) Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, totalizaram os montantes de R\$ 4.130 e R\$ 2.222, respectivamente:

	2020	2019
Salários	3.231	1.867
Encargos	721	253
Previdência complementar	114	48
Outros	64	54
	4.130	2.222

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Ativo (passivo) fiscal diferido	2020	2019
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(34.583)	(39.941)
Outras diferenças temporárias	14.698	8.334
Prejuízo fiscal	17.429	22.622
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	30.929	36.328
Resultado pré-operacional	-	3.611
	28.473	30.954

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total do saldo dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	2020	2019
2020	-	772
2021	2.424	2.424
2022	10.952	10.952
2023 em diante	4.053	8.474
	17.429	22.622

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o

Notas Explicativas

resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

14. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2020	2019
Computadores e periféricos	5	2.415	(2.081)	334	441
Equipamentos e instalações	10	809	(348)	461	341
Móveis e utensílios	5 a 10	627	(410)	217	259
Veículos	20	2.486	(1.256)	1.230	1.687
		6.337	(4.095)	2.242	2.728

b) Movimentação

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Custo	601	616	2.482	2.241	5.940
Depreciação acumulada	(260)	(357)	(795)	(1.800)	(3.212)
31 de dezembro de 2019	341	259	1.687	441	2.728
Adições	216	11	4	174	405
Baixas	(8)	-	-	-	(8)
Depreciação	(88)	(53)	(461)	(281)	(883)
Saldo contábil	461	217	1.230	334	2.242
Custo	809	627	2.486	2.415	6.337
Depreciação acumulada	(348)	(410)	(1.256)	(2.081)	(4.095)
31 de dezembro de 2020	461	217	1.230	334	2.242

Taxas anuais de depreciação (%) 10 5 a 10 20 5

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos exercícios, conforme notas explicativas nºs 25 e 26.

15. Intangível

a) Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Redução ao valor recuperável	Total
Custo	951.215	114.304	819.231	984	28.909	-	1.914.643
Amortização	(66.268)	(14.285)	(50.477)	(610)	(10.956)	-	(142.596)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884.947	100.019	768.754	374	17.953	(12.014)	1.760.033
Adições	78.138	6.371	12.274	204	3.509	-	100.496
Amortização	(21.329)	(3.644)	(18.104)	(169)	(11.587)	-	(54.833)
Transferência	14.430	(33.665)	20.167	-	-	-	932
Baixas	(44)	(466)	-	-	(142)	-	(652)
Saldo contábil	956.142	68.615	783.091	409	9.733	(12.014)	1.805.976
Custo	1.043.739	84.717	853.088	1.188	32.418	-	2.015.150
Amortização	(87.597)	(16.102)	(69.997)	(779)	(22.685)	-	(197.160)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	956.142	68.615	783.091	409	9.733	(12.014)	1.805.976

Taxas anuais de amortização (%) (ii)

20

Notas Explicativas

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, foi realizado um levantamento de inventário, o qual ensejou em sobras contábeis e físicas, que motivou a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. Esses itens serão alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de recuperabilidade ou baixa.
- (ii) Os demais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de recuperação, operação e melhoramentos, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01 (R1) - "Contrato de concessão". O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

• Recuperação

A descrição da rubrica "Recuperação" consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação especial dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

• Operação

A descrição da rubrica "Operação" consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

• Melhoramentos

A descrição na rubrica "Melhoramentos" consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

b) Direito de uso sobre arrendamento

	2020	2019
	17.953	-
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	3.509	14.302
Amortização dos contratos de arrendamento operacional (*)	(11.587)	(9.237)
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	(142)	-
Reconhecimento inicial da amortização de direito de uso sobre arrendamento operacional	-	(1.719)
Reconhecimento inicial de direito de uso sobre arrendamento operacional	-	14.607
	9.733	17.953

(*) Do montante de R\$ 11.587, foram capitalizados ao ativo intangível, custos de amortização

Notas Explicativas

no montante de R\$ 2.929, no exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado do exercício, conforme notas explicativas 25 e 26.

16. Ativo de contrato

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo	5.998	27	2.118	-	75.078	83.221
31 de dezembro de 2019	5.998	27	2.118	-	75.078	83.221
Adições	2.437	-	4.373	91	-	6.901
Baixas	-	-	-	-	(3.003)	(3.003)
Transferência	(932)	-	-	-	-	(932)
Saldo contábil	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187
Custo	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187
31 de dezembro de 2020	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187

O IFRS 15 (CPC 47), estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

17. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2020	2019
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TLP + 2,9%	-	642.061
Empréstimo Caixa Econômica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	310.002	383.345
Empréstimo Banco ABC Brasil S.A. (d)	R\$	DI + 5,20%	30.940	-
Empréstimo Banco Credit Agricole Brasil S (d)	R\$	DI + 5,20%	125.941	-
Empréstimo Banco do Brasil (d)	R\$	DI + 5,20%	140.944	-
Empréstimo Banco Itaú S.A. (d)	R\$	DI + 5,20%	87.548	-
Empréstimo Banco Pine S.A. (d)	R\$	DI + 5,20%	87.663	-
Empréstimo ING BANK N.V. (d)	R\$	DI + 5,20%	163.321	-
Custos de captação a amortizar (e)	R\$	-	(5.287)	(19.081)
			941.072	1.006.325

a) Movimentação

	2020	2019
Saldo inicial	1.006.325	982.092
Juros provisionados	124.464	127.878
Juros pagos	(45.743)	(62.014)
Amortização do principal	(157.768)	(36.364)
Custo de transação	(10.249)	(43.509)
Amortização do custo de transação	24.043	38.242
Saldo final	941.072	1.006.325

Notas Explicativas

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1, no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,9% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016; e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 08 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do contrato de prestação de garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do contrato de prestação de garantias junto aos bancos fiadores, em que foi prevista a constituição de uma conta "Reserva" com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016. Já a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016, no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em conta "Reserva", além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na conta reserva constituída junto aos bancos fiadores.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2017 para 15 de maio de 2017.

Notas Explicativas

Em 15 de maio de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de maio de 2017 para 15 de agosto de 2017, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes. Mediante ao cumprimento de exigências previstas no contrato em questão, a Companhia obteve a prorrogação automática do vencimento da dívida para 15 de novembro de 2017.

Em 15 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2017 para 15 de fevereiro de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2018 para 15 de maio de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de maio de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES com as condições, para: **(i)** substituir no âmbito do contrato de financiamento Ponte BNDES, a partir de 15 de maio de 2018, a metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); **(ii)** prorrogar a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, de 15 de maio de 2018 para 15 de agosto de 2018; **(iii)** prorrogar automaticamente a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, para 15 de novembro de 2018, desde que ocorra a apresentação da prorrogação das cartas de fiança ou renovação das Cartas de Fiança vigentes, com validade e vigência, no mínimo, até 15 de dezembro de 2018.

Em 15 de novembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2018 para 15 de maio de 2019.

Em 15 de maio de 2019, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de maio de 2019 para 15 de maio de 2020, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 18 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 24.243 ao BNDES como amortização do principal do empréstimo ponte.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédito Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, os quais liquidaram o saldo junto ao mesmo.

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida

Notas Explicativas

incidirão juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 1º de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Nesse aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal.

A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro de 2018 para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES (15 de maio de 2020).

Um novo aditivo contratual está em negociação junto a CEF e os termos da negociação são:

- (i) Prorrogação do prazo de vencimento para 20 de maio de 2020;
- (ii) Alteração da taxa de juros de TJLP + 3,5% a.a. para CDI + 5,2% a.a., a partir de 20 de agosto de 2019;
- (iii) Amortização de 3,5% a.a. do saldo devedor, a partir de 20 de agosto de 2019.

Em 06 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 12.121 à CEF como

Notas Explicativas

amortização do principal do empréstimo ponte.

Em 23 de setembro de 2020, ocorreu o resgate de R\$ 118.226, equivalente à somatória disponível no Fundo Atlântico gerido pela CEF e na Conta Principal do Projeto, vinculada à CEF, para amortização extraordinária ao Contrato Ponte CEF (nota explicativa nº 9).

d) Instrumento de Inação

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., e ING Bank N.V., em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., realizaram o pagamento ao BNDES, na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES. Em decorrência do pagamento do BNDES, os Credores e o Banco do Brasil S.A. se sub-rogaram na qualidade de credores da CRO para todos os fins de direito.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V., com as condições, para: **(i)** que a participação na Dívida Consolidada aplica ao Banco do Brasil 20,67%, ao Crédit Agricole 20,67%, ao Itaú 14,39%, ao Pine 14,39%, ao ABC 5,08% e ao ING 24,80%; **(ii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20%; **(iii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10%; **(iv)** o montante de 3,5% ao ano do valor de principal da Dívida Consolidada, conforme as Participações aplicáveis a cada Credor; e **(v)** partes poderão acordar uma extensão do Período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022, sem necessidade de Aditamento ao Instrumento.

Em maio de 2020, a Companhia obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade ao Instrumento de Inação para 15 de novembro de 2020. Atualmente as partes estão em tramite de formalização de extensão ao vencimento.

Em novembro de 2020, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 14.064, ao Banco do Brasil nas condições do Instrumento de Inação.

Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

e) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

Notas Explicativas

	2020	2019
Saldo inicial	19.081	13.814
Custos incorridos	10.249	43.509
(-) Amortizações	(24.043)	(38.242)
Saldo final	5.287	19.081

f) Garantias

Os contratos de financiamentos com a CEF e Instrumento de Inação com os Bancos Credores, detêm como garantia fidejussória fiança corporativa da Controladora Indireta da Companhia, OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

g) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

18. Arrendamento mercantil operacional

	2020	2019
Saldo inicial	19.078	-
Reconhecimento inicial	-	13.388
Adições	3.509	14.302
Baixas	(12.903)	(9.763)
Apropriação de juros	930	1.151
Saldo final	10.614	19.078
Passivo circulante	8.438	11.466
Passivo não circulante	2.176	7.612

Foram acrescidos aos ativos intangíveis os encargos financeiros no montante de R\$ 313 em 31 de dezembro de 2020.

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a.

19. Salários e encargos sociais

	2020	2019
Encargos sociais e trabalhistas	3.929	3.271
Participação nos lucros e resultados	7.391	4.178
	11.320	7.449

20. Outros passivos

	2020	2019
Multa (i)	2.265	-
Seguros a pagar	1.947	380
Verbas do contrato de concessão	2.952	1.855
Outras contas a pagar	1.783	468
	8.947	2.703
Passivo circulante	7.159	2.703
Passivo não circulante	1.788	-

- (i) A administração da Companhia registrou contabilmente o valor de R\$ 2.384 a título de multas ao Poder Concedente, decorrente de autos de infração, parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018. No exercício findo

Notas Explicativas

em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou pagamento de 03 (três) parcelas que totalizam R\$ 119.

21. Provisão para contingências

	2020	2019
Reclamações cíveis	1.946	2.395
Reclamações trabalhistas	402	18
Outras (i)	2.728	2.728
	5.076	5.141

- (i) A administração da Companhia registrou contabilmente o valor de R\$ 2.728 a título de outras contingências, referente montante da perda estimada decorrente do procedimento interno de verificação de suposta não conformidade.

a) Movimentação

	2020	2019
Saldo inicial	5.141	381
Provisão	3.888	6.261
Reversão	(3.953)	(1.501)
Saldo final	5.076	5.141

A Companhia tem ações de naturezas cíveis no montante de R\$ 6.339 e trabalhista no montante de R\$ 488, totalizando o montante de R\$ 6.827 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2020 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 11.321).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta R\$ 1.334 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 356) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente aos processos de ações trabalhistas e cíveis.

22. Provisão para conserva especial

a) Composição

	2020	2019
Provisão de conserva especial	105.194	121.890
	105.194	121.890

b) Movimentação

	2020	2019
Saldo inicial	121.890	101.018
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(3.119)	1.967
Provisão de conserva especial	35.801	18.905
Reversão ajuste a valor presente (nota explicativa nº 28)	(5.044)	-
Reversão de provisão para conserva especial (nota explicativa nº 25)	(44.334)	-
Saldo final	105.194	121.890

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou proposta juntamente com um Plano de Cura à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), representado por um novo projeto de retomada e realização dos investimentos a partir de 2021, com novos montantes e cronograma de investimentos, relacionados a duplicação da rodovia e a manutenção dos reajustes tarifários. Esse novo plano está sob avaliação da ANTT e, naturalmente, resultou na postergação dos investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias.

Notas Explicativas

O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial.

Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, conseqüentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado.

Adicionalmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram incorridos custos referentes à conserva especial.

Por todos os aspectos anteriormente apresentados e em atendimento às boas práticas contábeis brasileiras, para fins de determinação na melhor estimativa, a Companhia revisou os critérios de apuração e alterou valor da provisão para conserva especial em 30 de junho de 2020, resultando numa redução de R\$ 49.378 no saldo na provisão, reconhecida no resultado.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 363.558, representado por 363.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista ODBVias.

b) Reserva de Incentivos fiscais

Consoante Lei Complementar nº 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal no 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta o montante de R\$ 11.059 (R\$ 388 em 2019) referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

Notas Explicativas**24. Receita líquida**

	2020	2019
Receitas acessórias	4.922	5.060
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	253.857	213.843
Receitas de vale pedágio (ii)	68.662	86.817
Receitas em numerário	132.844	140.453
Receita operacional	460.285	446.173
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	103.684	90.625
Receita bruta	563.969	536.798
Tributos sobre serviços de operação	(38.319)	(37.294)
Outras deduções	(26)	(18)
Receita líquida	525.624	499.486

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iii) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia reconheceu, R\$ 103.684 e R\$ 90.625, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura.

25. Custo dos serviços

	2020	2019
Aluguéis	(1.646)	(215)
Depreciação e amortização	(51.073)	(44.333)
Gastos gerais	(15.062)	(16.528)
Materiais	(12.061)	(12.475)
Provisão para conserva especial	(28.453)	(14.894)
Reversão de provisão para conserva especial (nota explicativa nº 22)	44.334	-
Salários e encargos	(34.956)	(32.277)
Seguros	(19.405)	(15.703)
Serviços de terceiros	(36.812)	(38.075)
	(155.134)	(174.500)
Custo de construção ICPC 01-R1	(103.684)	(90.625)
	(258.818)	(265.125)

26. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Depreciação e amortização	(1.714)	(1.681)
Despesa com veículos	(148)	(204)
Despesas com viagens	(319)	(464)
Gastos gerais	(3.039)	(585)
Materiais e equipamentos	(1.203)	(662)
Provisão para contingências	65	(4.760)
Salários e encargos	(15.367)	(11.377)
Serviços de terceiros	(13.482)	(6.964)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(1.086)	(1.619)
	(36.293)	(28.316)

Notas Explicativas**27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	2020	2019
Custo na venda de imobilizado	(438)	(12.088)
Multas (i)	(4.303)	-
Outras receitas	68	-
Receita na venda de imobilizado	416	-
Venda de sucata	379	2
	(3.878)	(12.086)

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou contabilmente o valor de R\$ 4.303 a título de multas decorrente de autos de infração junto ao Poder Concedente. Do valor registrado, houve o pagamento de R\$ 1.919 referente a processos transitados em julgado no âmbito administrativo e o parcelamento de R\$ 2.384, parcelado em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

28. Resultado financeiro, líquido

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.259	2.752
Outras	275	594
	2.534	3.346
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(4.229)	(5.978)
Arrendamento mercantil operacional	(617)	(690)
Custos de transação	(24.153)	(37.959)
Juros sobre atraso	(12.374)	(16.519)
Juros sobre empréstimos	(124.464)	(125.601)
Juros sobre mútuos	(13.417)	(28.817)
Reversão ajuste a valor presente (nota explicativa nº 22)	5.044	-
Outras	(904)	(1.672)
	(175.114)	(217.236)
Resultado financeiro, líquido	(172.580)	(213.890)

29. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Notas Explicativas

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	54.055	54.055	(19.931)	(19.931)
Adições temporárias	29.082	29.082	90.229	90.229
Adições permanentes	29	29	222	222
Exclusões	(30.492)	(30.492)	(70.203)	(70.203)
Lucro real	52.674	52.674	317	317
Compensação de prejuízo fiscal	(15.802)	(15.802)	(95)	(95)
Base cálculo	36.872	36.872	222	222
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	9.194	3.318	33	20
Programa alimentação trabalhador (PAT)	(221)		(1)	
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição	8.973	3.318	32	20
Incentivos fiscais (SUDAM)	(8.672)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social devida	301	3.318	32	20
Total Imposto de Renda e Contribuição social	3.619		52	

30. Lucro (prejuízo) básico

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Lucro (prejuízo) do exercício	47.955	(12.966)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	363.558	363.558
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	131,90	(35,66)

31. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2020	2019
Fornecedores	(12.903)	(610)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(12.903)	(610)
Mútuo	-	24.243
Financiamento BNDES (Pagamento principal)	-	(24.243)
Reconhecimento inicial IFRS	-	13.388
Arrendamento Operacional	(12.903)	13.856
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(12.903)	27.244
Ativo de contrato	-	1.056
Reconhecimento inicial IFRS	-	(13.388)
Arrendamento Operacional	-	(14.302)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(26.634)

Notas Explicativas

32. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil; e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Garantia de concessões públicas	382.751	mar/20 a mar/21
Risco operacional	350.000	jun/20 a dez/21
Responsabilidade civil	80.000	dez/19 a dez/21
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/20 a abr/21
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	set/20 a set/21
Responsabilidade civil - Engenharia	(*)	mai/14 a mai/18
Risco de engenharia + ALOP	(**)	mai/14 a mar/19

(*) Cancelamento da apólice de Responsabilidade Civil de Engenharia após anuência da ANTT para transferência da cobertura para apólice de Responsabilidade Civil Geral enquanto as obras de ampliação encontram-se interrompidas.

()** As coberturas de Riscos de Engenharia e ALOP (RE) venceram em março/2019, visto que esta apólice foi contratada para as obras de duplicação e recuperação das pistas existentes, as quais se encontravam paralisadas desde 2016. Essa condição de obras paralisadas se estendeu até mar/2019 (vigência da apólice) e não foi prorrogada, pois foi adquirido cobertura para o canteiro de obras (único bem que estava sendo coberto pela apólice de Riscos de Engenharia na época) na apólice de riscos operacionais.

33. Eventos subsequentes

Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020, que até o momento não foi analisado. Em 02 de março de 2021, foi confirmada a decisão liminar anterior pela juíza de 1º grau, até que seja concluído o devido processo administrativo junto à ANTT.

* * *

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em

R\$ 1.013.103 mil, principalmente, decorrente da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis, a Companhia busca atualmente alternativas para a reestruturação da sua dívida por meio da troca de controle e a consequente liberação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação.

A eventual não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, de seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Ênfase

Autos de infração – ANTT

Conforme Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), onde a ANTT alega o descumprimento pela Concessionária de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), que teria ocorrido em função da suspensão das obras de duplicação devido a não liberação do financiamento de longo prazo e de outros descumprimentos, conforme mencionado na Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis. Até a presente data, a administração da Companhia decidiu pagar e parcelar o valor de determinados autos de infração, que tiveram julgamento desfavorável para a Companhia, na esfera administrativa.

Existem outros processos em andamento que estão sendo tratados administrativamente junto à ANTT e que podem ainda ser objeto de discussão, inclusive na esfera judicial, bem como as penalidades, se impostas, ou se forem confirmadas, podem também vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, também, discussões nas câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da Companhia.

Considerando as incertezas que envolvem o assunto, até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias. As demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2020 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ativo intangível – Reconhecimento inicial do custo

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como principal assunto de auditoria

Conforme apresentado na Nota Explicativa no 2.3, item i: (i) às demonstrações contábeis, a Companhia reconhece o ativo intangível referente aos gastos de recuperação, construções e melhorias realizados no trecho rodoviário sob concessão. Em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01, esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento ao Contrato de Concessão e não são registrados como ativo imobilizado, tendo em vista que o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos.

As adições desses gastos realizadas no ativo intangível impactam na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa no 2.3 p; (ii) às demonstrações contábeis. Em decorrência de ser uma área de risco e de valores significativos, consideramos novamente neste exercício este assunto como um principal assunto de auditoria, devido a possibilidade de ocorrência de erros no registro e valorização do ativo intangível que podem apresentar riscos significantes de distorções materiais nas demonstrações contábeis, como erros nos valores que seriam elegíveis a serem capitalizados e respectiva amortização. A apresentação sobre o ativo intangível é realizada na Nota Explicativa no 15 e os efeitos do reconhecimento de receitas e custos de construção são apresentados nas Notas Explicativas nos 24 e 25 às demonstrações contábeis, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos os controles internos implementados pela administração da Companhia para o reconhecimento inicial dos valores registrados no ativo intangível e sua respectiva amortização, bem como realizamos procedimentos substantivos de testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e dos valores capitalizados como ativo intangível. Com referência às adições dos itens registrados no ativo intangível, utilizamos o método de seleção estatística através do razão contábil da conta do ativo intangível para realização dos testes substantivos, com o objetivo de evidenciar a integridade do custo registrado, além de realizarmos testes de recálculo da amortização. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios para capitalização e amortização do ativo intangível estão aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Empréstimos e financiamentos

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, o valor dos empréstimos e financiamentos, integralmente reconhecidos no passivo circulante era de R\$ 941.072 mil. Conforme Nota Explicativa no 17 às demonstrações contábeis em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças (“Instrumento da Inação”), junto ao Crédito Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), liquidando assim o saldo com o mesmo. Este Instrumento de Inação apresentou vencimento em 15 de agosto de 2020 e, desde então, as partes estão em trâmite de formalização de prorrogação do vencimento. O montante reconhecido em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 636.357 mil, e a Companhia vem realizando a liquidação do principal e juros conforme previsto no Instrumento de Inação.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui contrato de empréstimo e financiamento (“Empréstimo ponte”) firmado junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”), o qual está vencido desde 20 de maio de 2019, cujo montante em aberto nesta mesma data corresponde a R\$ 310.002 mil. Um novo aditivo contratual está em processo de negociação entre a administração da Companhia e a CEF desde então. Em 23 de setembro de 2020, a CEF realizou o resgate de R\$ 118.226 mil, equivalente à somatória disponível de recursos financeiros correspondentes às quotas detidas pela Companhia no Fundo Atlântico gerido pela CEF e na Conta Principal do Projeto, vinculada à CEF, para amortização extraordinária do Contrato Ponte.

Diante da situação apresentada este tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria devido sua relevância para a continuidade das operações da Companhia e dos riscos relacionados ao registro contábil das dívidas em relação às demonstrações contábeis como um todo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a discussão com a administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas, testes substantivos na movimentação do saldo de empréstimos, adições, amortizações, cálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação nas demonstrações contábeis, confirmação dos saldos junto aos credores dos empréstimos e financiamentos, análise e testes de aderência com referência às cláusulas contratuais de covenants e restritivas, e análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos empréstimos e financiamentos foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia;
- se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2021

Edinilson Attizani

CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Cuiabá, 23 de março de 2021.

Renato Ribeiro Bortoletti

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com o relatório do Auditor Independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Cuiabá, 23 de março de 2021.

Renato Ribeiro Bortoletti

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores